

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

**INSTITUTO
AVALIA**
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

PP-RN

CONHECIMENTOS GERAIS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ História do Rio Grande do Norte
- ▶ Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte
- ▶ Ética no Serviço Público
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direitos Humanos
- ▶ Execução Penal





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PP-RN

POLÍCIA PENAL DO RIO GRANDE DO NORTE

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas CONHECIMENTOS GERAIS

EDITAL DE ABERTURA CONCURSO PÚBLICO
Nº 002/2026

CÓD: OP-117JH-26
7908403597130

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. História do Rio Grande do Norte.....	39
3. Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte.....	47
4. Ética no Serviço Público	53
5. Direito Constitucional	61
6. Direito Administrativo.....	77
7. Direitos Humanos	91
8. Execução Penal	99

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Considere o texto a seguir para responder a questão

A ARTE DE COMBATER A SOLIDÃO NA GRANDE CIDADE

Com cada vez mais gente morando sozinha, a cidade vai ter que suprir a possibilidade de encontros.

Mauro Calliari

Cada vez mais pessoas moram sozinhas no Brasil. Em pouco mais de dez anos, o percentual de lares unipessoais aumentou de 12% para quase 16%. São 11,8 milhões no país, distribuídas em todas as idades.

Nos Estados Unidos, esse número chega a mais de 30%. Anos atrás, um comunicado do Ministério da Saúde americano alertou para a epidemia de solidão. Morar sozinho não é nem bom, nem ruim, mas, seres gregários que somos, não dá para não constatar que na cidade grande, a “solitude”, aquela sensação de estar bem consigo mesmo, pode muitas vezes descambar para a solidão mesmo, aquela sensação de que algo está acontecendo e você ficou de fora.

O assunto é sério, está crescendo e precisa de cidades que ajudem pessoas a se encontrarem. E aqui temos uma contradição: São Paulo oferece milhares de oportunidades de encontros, espaços públicos, cursos, lazer, até de graça. E ao mesmo tempo não facilita que as pessoas cheguem aos lugares e se sintam seguras nos seus deslocamentos.

O encontro virtual e o encontro real

Atualmente, multiplicam-se as possibilidades do que fazemos em casa. A economia de tempo e a conveniência são ótimas, mas o mundo virtual tem limitações. A maior delas é justamente a supressão de oportunidades de surpresas, conversas e encontros imprevistos.

Por mais desprezado que seja, o papo furado, a conversinha fiada, faz parte da vida urbana. Na fila da catraca do metrô, no caixa do supermercado ao

encontrar um vizinho, sempre tem espaço para um comentário rápido, uma troca de opiniões que pode dar alguma cor ao dia. [...]

A arquitetura e o urbanismo fazem diferença

Uma pesquisa de 2017, em Vancouver, mostrou algo incrível: quem mora em prédios mais altos do que cinco andares tem mais dificuldade de conhecer vizinhos. Se for assim, é bem possível que a forma pouco inspirada da nossa verticalização — prédios altíssimos, estúdios minúsculos, garagens ostensivas e pouca interação com a rua — esteja jogando contra a vida na rua, que poderia ganhar densidade e vitalidade com mais predinhos baixos no lugar de casas.

Outra modalidade de construção que pode combater a solidão são os cohousings [coabitações]. Começaram na Dinamarca, espalharam-se por outros países e começaram a chegar ao Brasil, com mais de 20 projetos em andamento. Num modelo mais criativo do que o condomínio tradicional, cada pessoa mora em sua casa, mas os projetos preveem uma área comum, que abriga as atividades coletivas. Nas mais de 300 comunidades nos Estados Unidos, o pessoal cozinha junto, planta horta, cuida do jardim.

Olhando para tudo isso, tanto o zoneamento como o Plano Diretor recentemente aprovados têm pouquíssimo a oferecer para a urbanidade paulistana. Todo o esforço parece estar na regulação das edificações, na verticalização pouco criativa e quase nada na criação de espaços públicos e privados que estimulem a convivência na cidade e com a cidade. A solidão também se combate com desenho urbano.

(Adaptado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauro-calliari/2024/04/a-arte-de-combater-a-solidao-na-grande-cidade.shtml>)

AMOSTRA

Sobre a grafia de algumas palavras do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “percentual” pode ser substituída por “porcentual”, já que ambas as grafias estão corretas.
- (B) A palavra “preveem” pode ser grafada como “prevêm”, pois, quando há repetição de vogais, é possível substituí-las por uma só vogal acentuada.
- (C) A palavra “gregários” pode ser grafada como “agregários”, uma vez que deriva do verbo “agregar”.
- (D) Após o último acordo ortográfico, a palavra “unipessoais” passou a ser grafada com hífen (uni-pessoais).
- (E) A palavra “num” está grafada de forma incorreta, de acordo com a norma-padrão, já que a forma correta seria “em um”.

2. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e pelas delegações de diversos países, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional, foi aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Com base nesse acordo, assinale a ÚNICA alternativa que apresenta a escrita correta da palavra.

- (A) Superrevista.
- (B) Contrarregra.
- (C) Auto-aprendizagem.
- (D) Microonda.

3. (INSTITUTO AVALIA - 2025)

Em relação à grafia das palavras, assinale a alternativa correta.

- (A) Os extravios detectados pela auditoria partiram de ideias de setores terceirizados.
- (B) Durante a reunião, foram discutidos todos os tópicos, incluindo os itens mais problemáticos.
- (C) Ao longo da seção plenária, todos os presentes se manifestaram em favor do pleito.
- (D) Essa é a maneira como todos os transeuntes vêem as obras do poder público.
- (E) A cessão de direitos autorais foi decidida unânimemente.

4. (INSTITUTO AVALIA - 2025)

Assinale a alternativa cuja forma reescrita do trecho entre aspas está ortograficamente correta.

- (A) “Ao aderir às redes sociais, as empresas precisam criar um bom planejamento” — Ao realizar a adesão às redes sociais, as empresas precisam criar um bom planejamento.
- (B) “as empresas precisam (...) executar cada etapa com responsabilidade” — As empresas precisam realizar a execussão de cada etapa com responsabilidade.
- (C) “a empresa precisa fazer adaptações para se inserir autenticamente na web.” — A empresa precisa fazer adaptações para sua inserção automática na web.
- (D) “Mas por que algumas empresas ainda temem a internet?” — Mas por que algumas empresas ainda são temerosas com a internet?
- (E) “é importante (...) criar conteúdos relevantes que atinjam o público-alvo desejado.” — É importante criar conteúdos relevantes para o atingimento do público-alvo desejado.

5. (INSTITUTO AVALIA - 2025)

Considere o seguinte texto para responder a questão.

A CARROÇA

Certa manhã, meu pai, muito sábio, convidou-me para dar um passeio no bosque, e eu aceitei com prazer.

Após algum tempo, ele se deteve numa clareira e, depois de um pequeno silêncio, me perguntou:

— Além do canto dos pássaros, você está ouvindo mais alguma coisa?

Apurei os ouvidos alguns segundos e respondi : — Estou ouvindo um barulho de carroça.

— Isso mesmo — disse meu pai — e é uma carroça vazia!

Perguntei a ele:

— Como pode saber que a carroça está vazia, se ainda não a vimos?

— Ora — respondeu meu pai — é muito fácil saber que uma carroça está vazia por causa do barulho. Quanto mais vazia a carroça, maior é o barulho que faz.

Tornei-me adulto e até hoje, quando vejo uma pessoa falando demais, gritando (no sentido de intimidar), tratando o próximo com grosseria inoportuna, prepotente, interrompendo a conversa de

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

1. (2026)

Sobre a localização geográfica do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- (A) Limita-se ao norte com o Ceará.
- (B) Limita-se ao sul com Pernambuco.
- (C) É banhado pelo oceano Atlântico ao norte e ao leste.
- (D) Faz fronteira com o Maranhão.
- (E) Não possui litoral.

2. (2026)

Segundo o texto, um dos recursos naturais que atraiu os franceses para a região foi:

- (A) Ouro.
- (B) Pau-brasil.
- (C) Diamante.
- (D) Petróleo.
- (E) Borracha.

3. (2026)

Entre as atividades econômicas históricas do Rio Grande do Norte, destacou-se:

- (A) Cafeicultura.
- (B) Mineração aurífera.
- (C) Produção de trigo.
- (D) Pecuária e agricultura.
- (E) Extração de borracha.

4. (2026)

A fundação da cidade de Natal ocorreu em:

- (A) 1500.
- (B) 1533.
- (C) 1599.
- (D) 1637.
- (E) 1817.

5. (2026)

A Fortaleza dos Reis Magos foi concluída em:

- (A) 1º de janeiro.
- (B) 6 de janeiro.
- (C) 24 de dezembro.
- (D) 15 de novembro.
- (E) 7 de setembro.

6. (2026)

Os Potiguares pertenciam ao grupo indígena:

- (A) Tapuia.
- (B) Macro-Jê.
- (C) Cariri.
- (D) Tarairiú.
- (E) Tupi.

7. (2026)

A visita de Maurício de Nassau a Natal ocorreu em:

- (A) 1599.
- (B) 1611.
- (C) 1637.
- (D) 1817.
- (E) 1935.

8. (2026)

Durante o domínio holandês, Natal recebeu o nome de:

- (A) Nova Lisboa.
- (B) Nova Holanda.
- (C) Amsterdã Tropical.
- (D) Nova Amsterdã.
- (E) Vila de Nassau.

9. (2026)

A Guerra dos Bárbaros caracterizou-se como:

- (A) Revolta republicana.
- (B) Movimento separatista.
- (C) Rebelião indígena contra o domínio português.
- (D) Guerra contra os franceses.
- (E) Conflito entre portugueses e holandeses.

10. (2026)

O Movimento Republicano de 1817 teve como centro principal:

- (A) Bahia.
- (B) Ceará.
- (C) Alagoas.
- (D) Maranhão.
- (E) Pernambuco.

AMOSTRA

11. (2026)

André de Albuquerque Maranhão assumiu a liderança do movimento de 1817 no Rio Grande do Norte e:

- (A) Tornou-se imperador.
- (B) Instalou um governo republicano.
- (C) Expulsou os holandeses.
- (D) Criou a UFRN.
- (E) Assinou a Lei Áurea.

12. (2026)

Com a Independência do Brasil em 1822, as capitâneas passaram a ser:

- (A) Distritos.
- (B) Municípios.
- (C) Estados.
- (D) Províncias.
- (E) Comarcas.

13. (2026)

A Intentona Comunista de 1935 em Natal durou:

- (A) 1 dia.
- (B) 2 dias.
- (C) 3 dias.
- (D) 4 dias.
- (E) 10 dias.

14. (2026)

Durante a Segunda Guerra Mundial, Natal destacou-se por:

- (A) Produção de café.
- (B) Construção de bases militares.
- (C) Descoberta de ouro.
- (D) Produção de algodão.
- (E) Sede do governo federal.

15. (2026)

A UFRN foi criada em 1958 e federalizada em:

- (A) 1959.
- (B) 1960.
- (C) 1961.
- (D) 1964.
- (E) 1968.

16. (2026)

Entre os povos indígenas citados nos sertões potiguares destacam-se:

- (A) Astecas e Maias.
- (B) Incas e Guaranis.
- (C) Paiacus e Canindés.

(D) Tupinambás e Charruas.

(E) Yanomamis e Tikunas.

17. (2026)

A Guerra dos Bárbaros ocorreu entre:

- (A) 1500 e 1520.
- (B) 1598 e 1605.
- (C) 1630 e 1645.
- (D) 1683 e 1713.
- (E) 1817 e 1822.

18. (2026)

Os aldeamentos tinham como objetivo principal:

- (A) Promover independência indígena.
- (B) Integrar indígenas ao sistema colonial.
- (C) Criar exércitos indígenas.
- (D) Desenvolver mineração.
- (E) Expandir o comércio francês.

19. (2026)

Entre as ordens religiosas atuantes nos aldeamentos destacaram-se:

- (A) Beneditinos e franciscanos apenas.
- (B) Dominicanos exclusivamente.
- (C) Jesuítas e capuchinhos.
- (D) Carmelitas exclusivamente.
- (E) Jesuítas e templários.

20. (2026)

A miscigenação no sertão potiguar ocorreu principalmente entre:

- (A) Indígenas, europeus e africanos.
- (B) Europeus e asiáticos.
- (C) Africanos e asiáticos.
- (D) Indígenas e asiáticos.
- (E) Apenas europeus.

21. (2026)

Qual elemento da cultura potiguar demonstra forte influência indígena?

- (A) Feijoada.
- (B) Paçoca de carne de sol.
- (C) Pizza.
- (D) Churrasco gaúcho.
- (E) Fondue.

ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

1. (2026)

Sobre a agropecuária no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- (A) Adaptou-se às condições semiáridas, com destaque para pecuária extensiva e agricultura em pequenas propriedades.
- (B) Desenvolveu-se principalmente em áreas de clima úmido e agricultura mecanizada.
- (C) Depende exclusivamente da produção de frutas exportadas.
- (D) Tem pouca relação com o interior potiguar.
- (E) Foi substituída integralmente pela indústria.

2. (2026)

A criação de caprinos e ovinos no sertão potiguar é favorecida principalmente:

- (A) pela elevada umidade do litoral.
- (B) pela resistência desses animais ao clima seco.
- (C) pela ausência de consumo interno.
- (D) pela predominância de solos alagados.
- (E) pela inexistência de agricultura familiar.

3. (2026)

Entre os produtos agrícolas mencionados no texto, destacam-se:

- (A) soja, trigo e café.
- (B) arroz, uva e cacau.
- (C) milho, feijão, mandioca, melancia e algodão.
- (D) cana-de-açúcar, laranja e cevada.
- (E) batata, maçã e seringueira.

4. (2026)

A agricultura potiguar enfrenta como uma de suas principais limitações:

- (A) excesso permanente de chuvas.
- (B) ausência total de mercados locais.
- (C) inexistência de pequenas propriedades.
- (D) irregularidade das chuvas e períodos de estiagem prolongada.
- (E) proibição de sistemas de irrigação.

5. (2026)

O PNAE e o PAA são citados no texto como programas que contribuem para:

- (A) substituir toda a agricultura familiar por grandes empresas.
- (B) eliminar a pesca artesanal.
- (C) reduzir a produção de alimentos locais.
- (D) impedir a circulação de produtos agrícolas.
- (E) fortalecer pequenos produtores e a segurança alimentar.

6. (2026)

Sobre a pesca artesanal no litoral potiguar, assinale a alternativa correta.

- (A) É feita apenas com grandes embarcações industriais.
- (B) Tem caráter comunitário e envolve, muitas vezes, famílias inteiras.
- (C) Ocorre exclusivamente em rios do interior.
- (D) Não possui relevância cultural.
- (E) Captura apenas espécies sem valor comercial.

7. (2026)

Entre as espécies capturadas pela pesca potiguar, o texto menciona:

- (A) lagosta, camarão, sardinha, peixe-serra e pargo.
- (B) salmão, bacalhau e truta.
- (C) tilápia, dourado amazônico e pirarucu.
- (D) carpa, linguado europeu e anchova chilena.
- (E) atum azul, merluza e cavala japonesa.

8. (2026)

A sustentabilidade da pesca exige atenção porque há riscos associados:

- (A) à ausência de comunidades litorâneas.
- (B) ao excesso de águas continentais.
- (C) à sobrepesca, técnicas predatórias e poluição costeira.
- (D) à inexistência de mercado consumidor.
- (E) à falta de espécies marinhas no litoral.

AMOSTRA

9. (2026)

A fruticultura irrigada potiguar destaca-se especialmente:

- (A) na Serra Gaúcha.
- (B) no litoral sul da Bahia.
- (C) no Pantanal.
- (D) no Vale do Açu, Chapada do Apodi e oeste potiguar.
- (E) no Planalto Central.

10. (2026)

A fruta mais representativa da fruticultura potiguar, segundo o texto, é:

- (A) banana.
- (B) manga.
- (C) goiaba.
- (D) mamão.
- (E) melão.

11. (2026)

A produção de melão do Rio Grande do Norte é descrita como:

- (A) fortemente voltada ao mercado externo.
- (B) restrita ao consumo familiar.
- (C) inexistente no oeste potiguar.
- (D) dependente apenas de chuvas regulares.
- (E) incompatível com irrigação.

12. (2026)

A carcinicultura refere-se:

- (A) ao cultivo de frutas tropicais.
- (B) à extração de sal marinho.
- (C) à criação de camarões em cativeiro.
- (D) à produção de energia eólica.
- (E) à pesca de sardinha em alto-mar.

13. (2026)

A espécie de camarão marinho destacada no texto é:

- (A) *Litopenaeus vannamei*.
- (B) *Salmo salar*.
- (C) *Gadus morhua*.
- (D) *Oreochromis niloticus*.
- (E) *Piaractus mesopotamicus*.

14. (2026)

Entre os desafios enfrentados pela carcinicultura, o texto aponta:

- (A) ausência de exportações.
- (B) surtos de doenças virais, pressões ambientais e conflitos fundiários.

- (C) impossibilidade de cultivo em viveiros.
- (D) falta absoluta de tecnologia.
- (E) inexistência de empregos locais.

15. (2026)

A fruticultura e a carcinicultura são apresentadas como exemplos de:

- (A) retorno exclusivo à economia de subsistência.
- (B) abandono da tecnologia no campo.
- (C) redução da inserção em mercados externos.
- (D) dependência total da pesca artesanal.
- (E) modernização do setor primário potiguar.

16. (2026)

Sobre a mineração no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- (A) Concentra-se em minerais não metálicos e possui grande diversidade.
- (B) Está restrita ao litoral urbano de Natal.
- (C) Não possui relação com o Seridó.
- (D) Baseia-se apenas na extração de ouro.
- (E) Não gera renda local.

17. (2026)

A scheelita é associada principalmente:

- (A) ao alumínio.
- (B) ao tungstênio.
- (C) ao petróleo.
- (D) ao sal marinho.
- (E) ao carvão mineral.

18. (2026)

A região do Seridó destacou-se historicamente pela extração de:

- (A) diamante.
- (B) carvão.
- (C) scheelita.
- (D) petróleo marítimo.
- (E) sal de cozinha.

19. (2026)

A gipsita, mencionada no texto, é matéria-prima utilizada principalmente na produção de:

- (A) vidro óptico.
- (B) tecidos sintéticos.
- (C) combustíveis.
- (D) gesso.
- (E) borracha.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (2026)

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, art. 116, dois deveres dos servidores públicos relacionam-se diretamente ao atendimento ao usuário. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses deveres.

- (A) Guardar sigilo e cumprir ordens superiores.
- (B) Ser assíduo e observar normas internas.
- (C) Atender com presteza ao público e tratar as pessoas com urbanidade.
- (D) Zelar pelo patrimônio público e manter conduta reservada.
- (E) Cumprir jornada e prestar contas.

2. (2026)

No contexto da qualidade no serviço público, a presteza pode ser melhor compreendida como:

- (A) atendimento ágil, eficiente e adequado às necessidades do usuário.
- (B) tratamento exclusivamente formal ao público interno.
- (C) cumprimento de tarefas sem necessidade de prazo definido.
- (D) preferência por demandas internas em relação às externas.
- (E) ausência de comunicação direta com o usuário.

3. (2026)

Sobre a urbanidade no atendimento público, assinale a alternativa correta.

- (A) Significa prometer ao usuário tudo o que ele solicitar.
- (B) Dispensa cortesia quando o pedido do usuário for inviável.
- (C) Refere-se apenas ao atendimento presencial.
- (D) Exige tratamento diferenciado conforme a posição social do usuário.
- (E) Envolve cortesia, respeito e tratamento adequado às pessoas.

4. (2026)

Segundo o art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública deve obedecer aos princípios de:

- (A) probidade, hierarquia, sigilo, disciplina e urbanidade.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) igualdade, liberdade, fraternidade, justiça e segurança.
- (D) presteza, urbanidade, assiduidade, zelo e honestidade.
- (E) legitimidade, razoabilidade, supremacia, ética e controle.

5. (2026)

A impessoalidade, no serviço público, está relacionada principalmente:

- (A) à preferência por interesses privados.
- (B) à atuação baseada em afinidades pessoais.
- (C) ao atendimento informal entre servidores.
- (D) à igualdade de tratamento e à separação entre interesse público e privado.
- (E) à ausência de publicidade dos atos administrativos.

6. (2026)

No texto, a moralidade administrativa é apresentada como:

- (A) valor essencial para a conduta ética e para o respeito aos direitos do cidadão.
- (B) regra aplicável apenas a servidores em cargo de chefia.
- (C) princípio sem relação com a ética pública.
- (D) dever restrito ao atendimento presencial.
- (E) conduta facultativa quando não houver punição.

AMOSTRA

7. (2026)

A ética, conforme o texto, diferencia-se da moral porque:

- (A) a ética é prática cotidiana, enquanto a moral é reflexão filosófica.
- (B) ambas são conceitos idênticos e intercambiáveis.
- (C) a ética é mais ampla e corresponde à reflexão sobre a moral.
- (D) a moral abrange o Direito, mas a ética não.
- (E) a ética não admite sanção em nenhuma hipótese.

8. (2026)

Considerando a distinção entre ética e moral, assinale a alternativa correta.

- (A) Moral é teoria abstrata sem relação com condutas.
- (B) Ética é sempre particular e depende apenas da cultura local.
- (C) Moral e Direito nunca compartilham valores.
- (D) Ética corresponde somente às normas jurídicas.
- (E) Moral é ação; ética é reflexão.

9. (2026)

Segundo o texto, quando uma diretiva moral é incorporada a uma norma jurídica, seu descumprimento pode gerar:

- (A) apenas reprovação social.
- (B) coação estatal.
- (C) inexistência de sanção.
- (D) anulação automática da norma.
- (E) transformação do ato em conduta correta.

10. (2026)

Os princípios, conforme apresentados no texto, caracterizam-se por serem:

- (A) particulares, subjetivos e contestáveis.
- (B) dependentes exclusivamente da cultura local.
- (C) voltados apenas ao ambiente profissional.
- (D) universais e orientadores da vida social.
- (E) normas sem influência na conduta humana.

11. (2026)

Os valores distinguem-se dos princípios porque:

- (A) são sempre universais e imutáveis.
- (B) são pessoais, subjetivos e dependentes do contexto cultural.

- (C) não interferem em decisões individuais.
- (D) são obrigatoriamente éticos.
- (E) não podem ser contestados.

12. (2026)

Segundo Aristóteles, citado no texto, a virtude moral:

- (A) nasce naturalmente em todos os indivíduos.
- (B) dispensa hábito e convivência social.
- (C) é adquirida apenas por imposição legal.
- (D) independe do meio em que a pessoa vive.
- (E) resulta do hábito e da prática reiterada.

13. (2026)

A democracia, conforme o texto, é o regime político em que:

- (A) a soberania é exercida pelo povo.
- (B) o poder pertence exclusivamente ao governante.
- (C) as decisões públicas são secretas.
- (D) não há necessidade de alternância no poder.
- (E) a participação popular é dispensável.

14. (2026)

De acordo com a concepção atribuída a Norberto Bobbio, a democracia é “o poder em público” porque:

- (A) elimina a necessidade de controle popular.
- (B) admite decisões políticas sigilosas.
- (C) restringe a fiscalização aos governantes.
- (D) exige transparência, publicidade e abertura das decisões.
- (E) impede a contestação legal das decisões.

15. (2026)

A cidadania, conforme a Constituição Federal de 1988 mencionada no texto, relaciona-se:

- (A) apenas ao direito de votar.
- (B) exclusivamente ao pagamento de tributos.
- (C) ao exercício de direitos e deveres civis, políticos e sociais.
- (D) à submissão passiva às decisões estatais.
- (E) somente ao acesso a cargos públicos.

16. (2026)

O exercício da cidadania, segundo o texto, deve ser compreendido como:

- (A) prática limitada às eleições.
- (B) atuação restrita aos agentes públicos.
- (C) direito sem dever correspondente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2024)

Determinado grupo de estudos voltado à compreensão e ao aperfeiçoamento da legística, analisou os distintos aspectos afetos à emissão de normas de qualidade e de certificações no âmbito da iniciativa privada, calcadas em uma perspectiva voluntarista e de caráter geral, de modo a generalizar e a uniformizar certas práticas, evitando, com isso, a normatização estatal.

Ao final de suas conclusões, o grupo concluiu corretamente que as referidas práticas

(A) importam em usurpação da atividade legislativa, devendo ser comprimidas e limitadas ao mínimo necessário.

(B) somente devem ser admitidas quando existir permissivo legal expreso, de modo que o legislador estatal possa delimitar o seu âmbito de desenvolvimento.

(C) por estarem lastreadas no voluntarismo, criam uma aporia em relação aos fins que alegadamente se propõem a alcançar, daí decorrendo uma incoerência conceitual.

(D) são compatíveis com o Estado Democrático de Direito, na medida em que privilegiam as escolhas realizadas pelos destinatários em potencial das leis, evitando a imposição estatal.

(E) devem permanecer adstritas ao âmbito corporativo, sem gerar efeitos sobre as escolhas realizadas pelo consumidor, as quais não podem ser influenciadas pelo cumprimento, ou não, dessas normas.

2. (FGV - 2023)

A Constituição Federal vigente anuncio que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito.

No que diz respeito a democracia é **correto** afirmar que

(A) a teoria da democracia moderna surge em razão dos fragilidades do sistema participativo, em que os dissensos acabam prevalecendo, gerando a atual polarização.

(B) a democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, responsáveis pela tomada de decisão, resultante do exercido legítimo de seu mandato.

(C) a democracia brasileira tem como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, Idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(D) no Brasil temos um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

(E) os movimentos sociais sempre são representações democráticas, tendo em vista que é a representação direta da vontade do povo ou de parcela de um grupo social.

3. (FCC - 2021)

Nos termos da Constituição Federal, são considerados princípios que regem as relações entre o Brasil e países estrangeiros a

(A) construção de uma sociedade livre e a não intervenção.

(B) prevalência dos direitos humanos e a erradicação da pobreza.

(C) concessão de asilo político e os valores da livre iniciativa.

(D) defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

(E) erradicação da pobreza e da marginalização, e o repúdio à solução bélica de conflitos.

4. (FGV - 2024)

Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o

AMOSTRA

- uso da técnica da ponderação.
Está **correto** o que se afirma em
(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

5. (FGV - 2025)

Em determinada relação processual, o autor da ação sustentou que o seu direito à honra foi violado em razão de expressões ofensivas exaradas pelo réu, o que o levou a pedir a reparação dos danos morais que sofrera. O réu, por sua vez, argumentou que deveria ser reconhecido o seu direito fundamental à liberdade de expressão.

O órgão jurisdicional competente, ao julgar a demanda, decidiu, corretamente, que:

- (A) o direito do autor, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do réu;
(B) o direito preponderante, considerado de modo abstrato, também será preponderante na situação concreta;
(C) o direito do réu, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do autor;
(D) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas;
(E) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, devem ser ponderados conforme as circunstâncias do caso concreto.

6. (FCC - 2025)

Um grupo de pessoas decidiu criar uma associação para defender os interesses de crianças neurodivergentes. A criação dessa associação, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,

- (A) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, e poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa. Ainda, quando expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(B) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, e só poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado. Ainda, quando expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(C) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, e poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa. Ainda, independentemente de autorização, terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(D) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, e poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa. Ainda, independentemente de autorização, terá legitimidade para representar seus filiados extrajudicialmente e, quando expressamente autorizada, terá legitimidade para representá-los judicialmente.

(E) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, e só poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado. Ainda, independentemente de autorização, terá legitimidade para representar seus filiados extrajudicialmente e, quando expressamente autorizada, terá legitimidade para representá-los judicialmente.

7. (VUNESP - 2025)

O policial Severo foi chamado a atender um flagrante delito que o sujeito apelidado de Pernalonga estava cometendo dentro da casa deste. Chegando ao local do crime no final da tarde e evidenciada a prática de infração penal, Severo constatou que era hipótese de flagrante delito. Coincidentemente, o policial avistou em uma casa vizinha Carcará, criminoso foragido e que tinha mandado de prisão expedido por autoridade judicial. Diante da situação, face ao adiantado da hora, e, obviamente, não havendo consentimento dos moradores, pairou dúvidas acerca da possibilidade de adentrar nos domicílios de Pernalonga e Carcará

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (Instituto AVALIA - 2025)

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Em relação às disposições desse dispositivo legal, assinale a alternativa correta.

(A) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social, exceto as aposentadorias por incapacidade permanente, poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a indicação da fonte de custeio total.

(B) Empresa controlada é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

(C) É permitido consignar, na lei orçamentária, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

(D) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional.

(E) Não integrarão as despesas da União aquelas relativas a pessoal e encargos sociais do Banco Central do Brasil.

2. (Instituto AVALIA - 2025)

Em relação ao princípio da impessoalidade na Administração Pública, conforme disposto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e sua interpretação pela doutrina e jurisprudência, assinale a alternativa que apresenta uma situação de violação a esse princípio.

(A) A nomeação de um servidor público mediante aprovação em concurso, com base na ordem de classificação.

(B) A realização de um procedimento licitatório para contratação de serviços, garantindo igualdade de condições aos concorrentes.

(C) A divulgação de um programa governamental com destaque para o nome e a imagem do chefe do Poder Executivo.

(D) A aplicação de sanções administrativas a um servidor que descumpriu normas internas da Administração Pública.

(E) A vedação ao nepotismo, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal.

3. (Instituto AVALIA - 2025)

No direito administrativo, existe um princípio que estabelece que o agente público ou a Administração Pública só podem agir se houver uma autorização expressa em lei para tal ato. Assinale a alternativa que descreve **corretamente** esse princípio.

(A) Princípio da razoabilidade, que permite à Administração Pública agir de acordo com a conveniência e oportunidade, sem a necessidade de uma previsão legal específica.

(B) Princípio da supremacia do interesse público, que garante à Administração Pública liberdade para agir sem qualquer limitação legal.

(C) Princípio da legalidade, que estabelece que o agente público e a Administração Pública só podem fazer o que a lei permite expressamente.

(D) Princípio da eficiência, que permite à Administração Pública agir de forma imediata, independentemente da previsão legal, visando sempre a melhor solução para o problema.

(E) O princípio da motivação, que exige que os atos administrativos sejam sempre realizados de acordo com a vontade do administrador, sem a necessidade de justificativa.

4. (Instituto AVALIA - 2025)

O princípio constitucional que reforça a importância da ética na Administração Pública é denominado

(A) proporcionalidade.

(B) contraditório.

(C) moralidade.

(D) litigância.

(E) iniquidade.



AMOSTRA

5. (Instituto AVALIA - 2024)

“Está relacionado à ideia de que a Administração Pública deve ser neutra em relação a questões políticas, religiosas e ideológicas, garantindo igual tratamento a todos os cidadãos perante a lei e os serviços públicos.” O princípio apresentado refere-se à

- (A) eficiência.
- (B) impessoalidade.
- (C) supremacia do interesse público.
- (D) moralidade.
- (E) publicidade.

6. (Instituto AVALIA - 2024)

“Refere-se à busca constante pela melhor utilização dos recursos públicos, para alcançar os melhores resultados com o menor custo.” Na Administração Pública, o contexto citado refere-se ao princípio da

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) razoabilidade nos atos administrativos.
- (D) continuidade do serviço público.
- (E) princípio da segurança jurídica.

7. (Instituto AVALIA - 2024)

São princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública

- (A) legalidade, impessoalidade, motivação, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, proporcionalidade e eficiência.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) legalidade, interesse público, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) finalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

8. (Instituto AVALIA - 2024)

O princípio que assegura que a Administração Pública deve atender a todos os cidadãos, sem qualquer tipo de privilégio ou discriminação, é o princípio da

- (A) publicidade.
- (B) moralidade
- (C) legalidade.
- (D) eficiência.
- (E) impessoalidade.

9. (Instituto AVALIA - 2023)

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios constitucionalmente previstos no artigo 37º. Dentre eles, **NÃO** está a:

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) discricionariedade.

10. (Instituto AVALIA - 2023)

Conforme dispõe o artigo 69 da Lei Orgânica de Pirassununga, a administração pública direta e indireta deverá obedecer a 5 (cinco) princípios. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses princípios.

- (A) Eficiência.
- (B) Legalidade.
- (C) Proporcionalidade.
- (D) Impessoalidade.
- (E) Moralidade.

11. (Instituto AVALIA - 2025)

O princípio administrativo que diz que a Administração Pública deve adequar os meios aos fins, buscando a melhor relação entre a eficácia da medida e o ônus imposto aos administrados, é denominado princípio da

- (A) razoabilidade.
- (B) segurança jurídica.
- (C) especialidade.
- (D) continuidade do serviço público.
- (E) proporcionalidade.

12. (Instituto AVALIA - 2025)

Que nome se dá aos princípios da Administração Pública inerentes a si que não estão expressos no Artigo 37 da Constituição Federal, podendo ser replicados em leis esparsas?

- (A) Princípios explícitos.
- (B) Princípios implícitos.
- (C) Princípios terciários.
- (D) Princípios organizativos.
- (E) Princípios comutativos.

DIREITOS HUMANOS

1. (2026)

A Teoria Geral dos Direitos Humanos parte da premissa de que os direitos humanos pertencem a todas as pessoas em razão de sua própria condição humana. Nesse contexto, assinale a alternativa que melhor expressa o fundamento central dos direitos humanos.

- (A) A vontade soberana dos Estados.
- (B) A dignidade inerente a cada ser humano.
- (C) A nacionalidade reconhecida pelo Estado.
- (D) A capacidade econômica do indivíduo.
- (E) A participação política formal.

2. (2026)

De acordo com a classificação tradicional dos direitos humanos em gerações, assinale a alternativa que apresenta corretamente um direito de terceira geração.

- (A) Direito à propriedade privada.
- (B) Direito ao voto.
- (C) Direito à liberdade religiosa.
- (D) Direito à educação.
- (E) Direito ao desenvolvimento.

3. (2026)

Sobre as características dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) São divisíveis e independentes entre si.
- (B) Aplicam-se apenas aos nacionais de determinado Estado.
- (C) São interdependentes, inter-relacionados e indivisíveis.
- (D) Dependem de reconhecimento legislativo interno para existir.
- (E) Restringem-se aos direitos civis e políticos.

4. (2026)

Os direitos econômicos, sociais e culturais distinguem-se dos direitos civis e políticos porque, em regra, exigem:

- (A) Exclusivamente atuação de organismos internacionais.
- (B) Apenas cooperação entre Estados.
- (C) Exclusivamente decisões judiciais.

(D) Ação positiva do Estado para sua concretização.

(E) Renúncia parcial da soberania nacional.

5. (2026)

O Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos surgiu em razão, principalmente:

- (A) Da Revolução Industrial.
- (B) Da Guerra Fria.
- (C) Das graves violações ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial.
- (D) Da criação da Organização dos Estados Americanos.
- (E) Da independência das colônias africanas.

6. (2026)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução 217 A (III), em:

- (A) 1945.
- (B) 1946.
- (C) 1947.
- (D) 1948.
- (E) 1949.

7. (2026)

Entre as características do Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos, destaca-se a internacionalização da proteção, que significa:

- (A) A substituição dos Estados por organismos internacionais.
- (B) O reconhecimento de que violações graves interessam à comunidade internacional.
- (C) A eliminação da soberania estatal.
- (D) A obrigatoriedade de julgamento internacional de todos os conflitos.
- (E) A prevalência automática dos tratados sobre as constituições nacionais.

AMOSTRA

8. (2026)

No âmbito da ONU, os mecanismos convencionais de proteção dos direitos humanos são aqueles:

- (A) Vinculados a tratados específicos.
- (B) Criados por decisões judiciais nacionais.
- (C) Organizados exclusivamente por ONGs.
- (D) Independentes de qualquer instrumento internacional.
- (E) Voltados apenas para conflitos armados.

9. (2026)

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos está vinculado à:

- (A) União Europeia.
- (B) Organização Internacional do Trabalho.
- (C) Organização dos Estados Americanos.
- (D) Organização Mundial do Comércio.
- (E) Organização das Nações Unidas.

10. (2026)

No Sistema Interamericano, o órgão responsável por julgar casos contenciosos e declarar a responsabilidade internacional dos Estados é:

- (A) Comissão de Direitos Humanos da ONU.
- (B) Assembleia Geral da OEA.
- (C) Conselho de Direitos Humanos.
- (D) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (E) Corte Interamericana de Direitos Humanos.

11. (2026)

Entre as atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, encontra-se:

- (A) Julgar definitivamente todos os casos de violação.
- (B) Aplicar sanções penais aos agentes públicos.
- (C) Receber petições individuais sobre violações de direitos humanos.
- (D) Alterar legislações nacionais diretamente.
- (E) Executar sentenças internacionais.

12. (2026)

A Convenção Americana de Direitos Humanos é também conhecida como:

- (A) Convenção de Genebra.
- (B) Carta de Bogotá.
- (C) Estatuto de Roma.
- (D) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

(E) Pacto de San José da Costa Rica.

13. (2026)

Entre os direitos protegidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos, destaca-se:

- (A) Direito à participação política.
- (B) Direito à exploração econômica irrestrita.
- (C) Direito à supremacia estatal.
- (D) Direito ao monopólio da informação.
- (E) Direito à censura prévia.

14. (2026)

A responsabilidade internacional do Estado, no âmbito da Convenção Americana de Direitos Humanos, pode decorrer:

- (A) Apenas de ações de agentes públicos.
- (B) Somente de leis inconstitucionais.
- (C) Exclusivamente de decisões judiciais.
- (D) De ações, omissões ou práticas incompatíveis com os direitos protegidos.
- (E) Apenas de conflitos internacionais.

15. (2026)

A proteção internacional dos direitos humanos possui caráter subsidiário. Isso significa que:

- (A) Os organismos internacionais substituem automaticamente os tribunais nacionais.
- (B) A proteção internacional atua prioritariamente antes da atuação estatal.
- (C) A atuação internacional ocorre, em regra, após a insuficiência ou omissão dos mecanismos internos.
- (D) Não há necessidade de buscar solução interna previamente.
- (E) Os Estados deixam de exercer competência sobre direitos humanos.

16. (2026)

Nos termos do Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres humanos nascem:

- (A) Livres e iguais em dignidade e direitos.
- (B) Livres, mas desiguais em direitos.
- (C) Iguais apenas perante a lei.
- (D) Titulares apenas de direitos civis.
- (E) Dependentes do reconhecimento estatal para possuir direitos.

EXECUÇÃO PENAL

1. (2026)

Nos termos do art. 1º da Lei nº 7.210/1984, a execução penal tem por objetivo:

- (A) efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- (B) aplicar sanções administrativas aos presos provisórios e estabelecer normas de segurança prisional.
- (C) substituir integralmente o Código de Processo Penal na fase de conhecimento.
- (D) disciplinar exclusivamente o cumprimento das penas privativas de liberdade em regime fechado.
- (E) assegurar apenas a custódia física do condenado até o término da pena.

2. (2026)

De acordo com o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 7.210/1984, a LEP aplica-se igualmente:

- (A) apenas aos condenados definitivamente pela Justiça Federal.
- (B) ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.
- (C) somente aos condenados por crimes hediondos.
- (D) exclusivamente aos internados submetidos a medida de segurança.
- (E) aos presos civis e administrativos, independentemente da natureza da custódia.

3. (2026)

Conforme o art. 3º da Lei nº 7.210/1984, ao condenado e ao internado serão assegurados:

- (A) somente os direitos expressamente previstos na sentença condenatória.
- (B) apenas os direitos políticos não suspensos.
- (C) todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- (D) exclusivamente os direitos assistenciais materiais e de saúde.

(E) os direitos concedidos discricionariamente pela administração penitenciária.

4. (2026)

Segundo o art. 5º da Lei nº 7.210/1984, a classificação dos condenados deve considerar:

- (A) exclusivamente a natureza do crime cometido.
- (B) apenas o tempo de pena aplicado na sentença.
- (C) a existência de vagas nos estabelecimentos penais.
- (D) os antecedentes e a personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
- (E) somente o comportamento carcerário posterior ao ingresso.

5. (2026)

Nos termos do art. 6º da Lei nº 7.210/1984, com redação dada pela Lei nº 10.792/2003, a classificação será feita por:

- (A) Conselho da Comunidade.
- (B) Ministério Público.
- (C) Juízo da Execução.
- (D) Conselho Penitenciário.
- (E) Comissão Técnica de Classificação, que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade.

6. (2026)

De acordo com o art. 8º da Lei nº 7.210/1984, o exame criminológico é obrigatório para o condenado:

- (A) ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, para adequada classificação e individualização da execução.
- (B) ao cumprimento de pena restritiva de direitos, antes da audiência admonitória.
- (C) ao regime aberto, antes da concessão de trabalho externo.
- (D) provisório, antes da expedição da guia de recolhimento.
- (E) submetido exclusivamente à pena de multa.

AMOSTRA

7. (2026)

Conforme o art. 9º-A da Lei nº 7.210/1984, com redação dada pela Lei nº 15.295/2025, será submetido obrigatoriamente à identificação do perfil genético:

- (A) qualquer preso provisório, independentemente da imputação.
- (B) o condenado à pena de reclusão em regime inicial fechado, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.
- (C) todo condenado à pena restritiva de direitos.
- (D) apenas o condenado reincidente em crime culposo.
- (E) somente o internado submetido a tratamento psiquiátrico.

8. (2026)

Segundo o art. 9º-A, § 5º, da Lei nº 7.210/1984, com redação dada pela Lei nº 15.295/2025, a amostra biológica coletada:

- (A) poderá ser usada para pesquisa científica ampla.
- (B) poderá ser utilizada para fenotipagem genética.
- (C) será incorporada definitivamente ao prontuário do condenado.
- (D) só poderá ser utilizada para o fim exclusivo de permitir a identificação pelo perfil genético, vedada a fenotipagem genética.
- (E) será compartilhada automaticamente com entidades privadas de pesquisa.

9. (2026)

Nos termos do art. 9º-A, § 8º, da Lei nº 7.210/1984, incluído pela Lei nº 13.964/2019, constitui falta grave:

- (A) solicitar acesso aos próprios dados genéticos.
- (B) requerer contraditório sobre a cadeia de custódia.
- (C) pedir nova perícia sobre material suficiente guardado.
- (D) questionar judicialmente a coleta.
- (E) recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.

10. (2026)

De acordo com o art. 10 da Lei nº 7.210/1984, a assistência ao preso e ao internado é dever:

- (A) do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- (B) exclusivo da família do condenado.
- (C) das entidades religiosas cadastradas.
- (D) apenas da Defensoria Pública.
- (E) do Conselho da Comunidade, sem participação estatal.

11. (2026)

Conforme o art. 11 da Lei nº 7.210/1984, a assistência ao preso e ao internado compreende:

- (A) assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.
- (B) assistência trabalhista, eleitoral, tributária, civil e militar.
- (C) assistência apenas material e médica.
- (D) assistência previdenciária obrigatória, sem assistência religiosa.
- (E) assistência financeira direta e indenizatória.

12. (2026)

Segundo o art. 12 da Lei nº 7.210/1984, a assistência material consistirá no fornecimento de:

- (A) pecúlio mensal, livros e medicamentos.
- (B) alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- (C) transporte, lazer externo e remuneração.
- (D) educação superior, assistência social e cursos técnicos.
- (E) visitas familiares e atendimento psicológico.

13. (2026)

Conforme o art. 14 da Lei nº 7.210/1984, a assistência à saúde do preso e do internado compreenderá atendimento:

- (A) exclusivamente hospitalar.
- (B) apenas emergencial.
- (C) médico, farmacêutico e odontológico, de caráter preventivo e curativo.
- (D) psicológico obrigatório, sem atendimento médico.
- (E) prestado somente fora do estabelecimento penal.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

